



# Fala Egbé

Informativo • nº 06 • ano III • abril de 2005 • \*Publicação de KOINONIA

## Editorial: E a luta continua... Até quando?

Chegou 2005! Mais um ano que se renova, e com ele as esperanças de um mundo mais justo, solidário e sem tantas desigualdades sociais. Mas, a realidade é que os problemas continuam.

Continuamos lutando, em Salvador, através das ações do Programa

Egbé – Territórios Negros, pelo reconhecimento dos direitos das comunidades do culto afro-brasileiro, que sofrem as pressões de um município

marcado pela escassez de moradia de seus habitantes que, em sua maioria, vivem em condições insalubres.

Continuamos tentando fazer o público não vinculado ao candomblé reconhecer que lidamos com o público de uma religião, que tem sua liberdade de culto respaldada pela Constituição Federal.

Continuamos tentando esclarecer, principalmente aos grupos evangélicos neo-pentecostais, que é crime desrespeitar o povo de candomblé pela sua religião.

Continuamos ainda tentando encontrar meios de convencer as autoridades do poder executivo quanto a necessidade do reconhecimento da existência dos cerca de 2500 terreiros de candomblé que estima-se existir na Grande Salvador - não



esquecendo que, pela própria

natureza e filosofia da religião, a tendência deste número é crescer a cada dia. E vale lembrar aqui, que os mapeamentos da cidade absurdamente registram apenas 13 deles (só os atendidos por KOINONIA somam-se em mais de 100, ver págs 6 e 7).

E ainda, continuamos buscando caminhos para, a partir deste reconhecimento, estabelecer um

diálogo para chegarmos, de fato, à garantia dos direitos que tais comunidades têm, como é o caso da imunidade a impostos, como o IPTU. Pois a rubrica para a cobrança a “templos de culto” continua existindo no orçamento do município e continua sendo efetivada, ainda que inconstitucionalmente.

Até quando teremos que continuar nessa luta que tem bases em atitudes

fundamentalmente preconceituosas e racistas?

Esperamos que agora, com novos governos municipais se instalando, os benefícios para a cidade atinjam também as

comunidades de candomblé que, afinal de contas, fazem parte da história da fundação, do desenvolvimento e da cultura de conglomerados urbanos como a Cidade do Salvador.

Para isso, nós de KOINONIA, continuaremos lutando e em 2005 buscaremos ampliar os contatos com redes e instituições que apoiem essa mesma causa!



**Prazo para Declarar Imposto de Renda vai até 31 de Maio**  
pág. 3

**Destaque: Os Terreiros e a Cidade de Salvador**  
pág. 8 e 9

**Um Terreiro, uma História: Ilê Axé Taoyá Loni**  
pág. 10

# Ações do Programa

Para sua melhor compreensão das atividades desenvolvidas pelo Programa Egbé – Territórios Negros, confira abaixo o quadro com as principais necessidades identificadas nas comunidades de candomblé em Salvador e os caminhos percorridos na tentativa de apoio à superação:

Necessidades dos Terreiros	Caminhos
Garantia de posse e propriedade de terra	Formação de sociedade civil Registro no CNPJ
Reconhecimento de direitos públicos	Elaboração de laudos antropológicos Elaboração de laudos etnoecológicos Processos de imunidade de IPTU
Garantia Territorial e melhoria ambiental	Elaboração de levantamentos planialtimétricos Elaboração de projetos paisagísticos Processos de <i>Usucapião</i>
Superação do preconceito e da intolerância religiosa	Ações contra o preconceito e a intolerância religiosa Realização de reflexões e encontros de diálogos que auxiliem as ações contra o preconceito (temas)
Projetos sociais e econômicos	Trabalho voluntário Oficinas: reciclagem de papel; bordado; saúde da mulher; direitos de comunidades.

A Década para Superação da Violência (2001-2010) e a inclusão dos DHESCA (Direito Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), nas ações do movimento ecumênico nos últimos anos, alimentou o tema do sonho ecumênico para a 3ª Jornada Ecumênica: solidariedade, justiça e paz.

Se o símbolo da última Jornada Ecumênica foram os laços, o da são as redes que se vêm estabelecendo entre os jornadeiros/as, igrejas, organizações e instituições



ecumênicas, com os seguimentos organizados da sociedade civil nos últimos anos.

Essas redes têm possibilitado um processo de criação, ampliação e fortalecimento do movimento ecumênico no Brasil e América Latina.

A 3ª Jornada acontecerá de 12 a 15 de outubro de 2005, na Fazenda São José das Paineiras, em Mendes, Rio de Janeiro, Brasil.

Participantes: Pessoas e grupos, leigos/as e clérigos/as, interessados em debater de forma criativa, as maneiras de se ampliar e fortalecer as redes estabelecidas pelo movimento ecumênico no Brasil e América Latina.

Participe você também.

Inscrições e informações:  
(21)2224-6713

projornada@projornada.org.br

## ASSOCIAÇÃO CIVIL

### *Direitos... e deveres*

A procura dos representantes dos terreiros de candomblé solicitando apoio ao Programa Egbé para a formação das Associações Cíveis de suas Casas vem crescendo dia após dia. Isso mostra que cresce também a consciência quanto aos direitos que têm tais comunidades. Além disso, muitas oportunidades de apoio financeiro a projetos que as Casas desenvolvem, normalmente, só têm liberação quando existe a figura da pessoa jurídica – Associação Civil -, instituída e regularizada, o que aumenta ainda mais a procura.

É importante lembrar, no entanto, que não basta o primeiro registro e eventuais atualizações - como foi o caso do ajuste estatutário adequado ao Novo Código Civil. É preciso atentar também para a realização das eleições de sucessão de mandato da diretoria, inscrição no CNPJ, declaração de Imposto de Renda, RAIS e CGA (para os que já têm registro). Relembre nos boxes algumas informações importantes sobre tais obrigações.

Confira a seguir a situação dos terreiros que solicitaram apoio nesse período:

Para formação de Associação Civil: Terreiro Matamba Tombeçy Neto, Ñzo Sasaganzuá Mono Guiamaze, Ilê Axé Ouminader, Ilê Axé Yeyejimun e Ilê Axé Aracá Togun.

Encontram-se em andamento os processos das Casas: Ilê Axé Omin Nijá, Ilê Axé Oba Tony, Ilê Axé Oba Nirê e o Unzó Bakise Sasa Ganzoa Gongara Caiongo.

O Ilê Axé Obá Nijó Omin encontra-se em fase final de alteração estatutária.

## CADASTRO NACIONAL DE PESSOAS JURÍDICAS – CNPJ

Após a emissão do CNPJ surge a obrigação de declarar todo ano informações para apuração de Imposto de Renda. Mas lembre-se: os terreiros são imunes a esse imposto. A declaração é, geralmente, realizada no prazo que vai de março a maio e quem não declarar estará sujeito ao pagamento de multa, atualmente, no valor de R\$500,00.

O prazo para fazer a declaração de imune do Imposto de Renda será encerrado no dia 31 maio de 2005. Não perca este prazo!

### **RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS**

A RAIS tem por objetivo o controle da atividade trabalhista no País, e ainda, o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e tornar disponíveis para as entidades governamentais as informações do mercado de trabalho.

São obrigados a declarar: os inscritos no CNPJ; todos os empregadores; todas as pessoas jurídicas de direito privado; etc.

Para os que não têm empregados, deverá ser feita a RAIS NEGATIVA através da Internet ou por formulário. O prazo de entrega é de 02 de janeiro a 20 de fevereiro de cada ano.

### **CADASTRO GERAL DE ATIVIDADES - CGA**

Esse cadastro é obrigatório para concessão de alvará de funcionamento expedido pela Prefeitura (não confundir com a licença da Federação dos Cultos-Afro).

#### **1º Passo:**

Tirar o Termo de Viabilidade de Localização - TVL na Superintendência de Controle e Ordenamento do Uso do Solo do Município – SUCOM. Será necessário: requerimento fornecido pela SUCOM; comprovante de pagamento da taxa (R\$31,60) através do recolhimento do Documento de Arrecadação Municipal - DAM; mapa de localização fornecido pela SUCOM e croqui feito à mão, com referência para localização do imóvel. Após concedido o alvará pela prefeitura, surge a obrigação da Taxa de Licença e Localização – TLL. No entanto, os templos de culto têm direito à isenção desta taxa, concedida apenas, após a devida solicitação junto ao órgão.

#### **2º Passo:**

Ir ao Serviço de Atendimento ao Cidadão - SAC ou Secretaria da Fazenda do Município - SEFAZ, fazer o pedido de inscrição, apresentando: formulário padrão; Ata e Estatuto Social registrados; CNPJ; TVL e comprovante de endereço. Após a inscrição definitiva é concedido o alvará de funcionamento.

Sobre a Taxa de Fiscalização e Funcionamento (TFF), a lei municipal considera isentos os templos de culto.

## PROCESSOS JURIDICO - ADMINISTRATIVOS

Infelizmente, quando falamos em processos, sejam administrativos ou jurídicos, automaticamente pensamos em lentidão. Para os administrativos, que, no nosso caso, estão relacionados ao reconhecimento da imunidade dos terreiros de candomblé ao IPTU, a demora é menor, porém o processo ainda é muito burocrático. Por conta disso, quase não há novidade no andamento dos processos que já iniciados. Estamos aguardando o pronunciamento das autoridades (seja para solicitar nova documentação, seja para dar o parecer final sobre a questão) para os Terreiros Ilê Axé Jualê e Manso Dandalungua Cocuazenza, ambos em Salvador, que tiveram seus processos administrativos para reconhecimento da imunidade ao IPTU abertos no ano passado.

Já o Ilê Axé Oba Nã solicitou apoio ao Programa Egbé-TN para essa mesma ação, porém ainda estamos na fase de organização da documentação necessária. Um novo processo foi aberto para o Sindirá Tukuã Filha, localizado em Lauro de Freitas. Atualmente, estamos estudando a possibilidade de um processo coletivo que abarque todos os terreiros, pois o interesse é coletivo e o direito também.

Os processos judiciais, apesar dos esforços, encontram-se igualmente sem ~~mudanças~~. O processo de usucapião do Ilê Oxumaré, terreiro instalado na área da Av. Vasco da Gama, em Salvador, há quase um século e ainda sem a propriedade reconhecida, está no mesmo estágio desde 14 de abril de 2004: aguardando o julgamento final.

O processo indenizatório em favor do Ilê Axé Abassá de Ogum, contra a Igreja Universal do Reino de Deus – IURD, por agressão à então Iyalorixá, hoje falecida, Mãe Gilda, está em fase de recurso. Neste processo, após a sentença favorável ao Abassá de Ogum, a IURD apelou para a segunda instância - o Tribunal de Justiça. Em uma tentativa de acelerar o julgamento do processo indenizatório, por sua importância política e seu valor simbólico, foi marcada uma audiência com o Desembargador-relator nomeado — o Desembargador Juarez Alves de Santana, em 16 de março deste ano. Apesar de confirmar a presença antecipadamente, o Desembargador não compareceu. Continuamos aguardando o julgamento da Câmara Cível.

### **RECONHECIMENTO DE IMUNIDADE TRIBUTÁRIA AOS TERREIROS DE CANDOMBLÉ**

É a Constituição Federal de 1988, inaugurando um novo paradigma de sociedade, desta vez valorizando o plural e o diverso, que assegura a imunidade tributária dos *templos de qualquer culto*, incluídos aí os terreiros de candomblé. A imunidade tributária do Imposto Predial Territorial e Urbano - IPTU é garantida aos templos religiosos, pela Constituição Federal (art. 150, VI, b).

Esse assunto poderia não mais ser motivo de discussão entre os adeptos, simpatizantes e representantes dos terreiros de candomblé da Bahia, se não houvesse tanta morosidade para a garantia desse direito por parte das Prefeituras Municipais no estado. Apesar da previsão legal, foi, e ainda é, prática costumeira das prefeituras municipais a cobrança indevida do IPTU aos locais de culto do povo-de-santo.

Essa é mais uma das evidências de discriminação da religião de matriz africana no estado da Bahia; afinal, para que seja garantido esse direito à qualquer templo, basta que o mesmo seja

devidamente registrado perante o Poder Público. Porém muitos terreiros ainda têm dificuldades para efetivação do registro, uma vez que a exigência de diversos documentos – muitos deles desnecessários – torna o processo lento e excessivamente burocrático. Podemos traduzir esta burocracia como discriminação ao culto e aos templos da religião de matriz africana por parte das prefeituras municipais, que não adotam o mesmo procedimento para templos religiosos de origens européias.

A situação não é mais simples para os terreiros que consigam efetivar o devido registro junto aos órgãos competentes: ainda assim eles continuam recebendo boletos de cobrança do IPTU, o que contraria as medidas de isenção estabelecidas e garantidas pela Constituição Federal de 1988.

Essa realidade começa a mudar com o reconhecimento paulatino da imunidade do IPTU aos terreiros de candomblé, em Salvador e região metropolitana. Terreiros como o *Ilê Axé Oxumaré* e o *Ilê Axé Taoyá Loni*, em decisões individualizadas, já tiveram a imunidade tributária reconhecida pelas Secretarias Municipais da Fazenda de Salvador e de Camaçari, respectivamente. Mas não tem sido fácil encarar a

tradicional prática de negação de direitos das comunidades negras.

É importante destacar que essa não é uma luta direcionada só à efetivação do direito a não pagar impostos (muito legítima!), mas, antes de mais nada, pela valorização da cultura negra e reconhecimento de sua identidade cultural. É hora de exigir uma postura mais propositiva por parte do Estado no sentido de adotar políticas públicas de afirmação da identidade negra através de, por exemplo, iniciativas políticas que facilitem o reconhecimento coletivo da imunidade tributária aos terreiros de candomblé.

Faz-se necessário que o Estado adote mecanismos simplificados e uniformes para o reconhecimento da imunidade tributária dos terreiros de candomblé, independentemente da iniciativa de cada templo. Espera-se que, com os novos governos municipais, tais medidas sejam adotadas como forma de reconhecimento da importância do papel histórico-político-cultural desempenhado pelos terreiros para o povo negro.

## Oficinas, Seminários e Parcerias

### Encontro de Capacitação

No segundo semestre de 2004 realizou-se em Salvador um Encontro de Capacitação organizado pelo Programa Saúde e Direitos de Koinonia. O evento deu continuidade ao trabalho iniciado meses antes, em Petrolândia, num encontro de sensibilização. Cerca de dez



Foto: Arquivo de KOINONIA

mulheres da região do Sub-Médio São Francisco - SMSF, estiveram presen-

tes e foi possível explorar ao máximo o conhecimento adquirido, além de

renovar as informações sobre saúde. O interesse e a vontade das participantes de aprimorar seus conhecimentos possibilitou a realização de atividades em grupo, estudos de casos e reflexões sobre a situação da Aids no Brasil e aspectos de transmissão e prevenção. O grupo produziu, ao final do encontro, um planejamento de ativi-

dades que deverão ser implantadas em 5 municípios da região do SMSF.

### Encontro Inter-Regional Sub-Médio São Francisco e Salvador

Alegria, descontração, curiosidade e novidade foram ingredientes presentes no encontro entre multiplicadoras de Salvador e da região do Submédio São Francisco. Em dezembro último elas estiveram reunidas e tudo parecia novidade: conviver com mulheres de regiões diferentes, compartilhar experiências, conhecer lugares que até então desconhecidas.

O propósito do encontro foi trabalhar questões referentes aos direitos sexuais e reprodutivos, HIV/AIDS e relações de gênero, temas difíceis que exigem uma preparação especial. Decidiu-se por destacar o tema da Humanização, dada a importância da valorização do multiplicador, que às vezes já atua na área da saúde.

Humanização é o processo de transformação da cultura institucional que reconhece e valoriza os aspectos subjetivos, históricos e socioculturais, promovendo o indivíduo enquanto ser social, com identidade, buscando a compreensão dos problemas e ela-

boração de ações que promovam boas condições de trabalho e qualidade no atendimento.

A possibilidade de promover atendimentos verdadeiramente humanizados requer, necessariamente, a formação e educação permanente dentro dos princípios da humanização. Contribui para isso também o desenvolvimento de ações visando o cuidado e a atenção às situações de sofrimento e estresse decorrentes do próprio trabalho e ambiente em que se dão as práticas de saúde.

Pensar a humanização como ação política significa menos *o que fazer* e mais *o como fazer*. Embora importantes, não são necessariamente as ações ditas humanizadoras que determinam um caráter humani-

zado ao serviço, mas a consideração aos princípios conceituais que definem a humanização como a base para toda e qualquer atividade.

As participantes do encontro discutiram, refletiram, buscaram metodologias que subsidiassem as inquietações do grupo. Concluíram que esse é o grande desafio: criar uma nova cultura de funcionamento institucional e de relacionamentos entre as pessoas envolvidas na produção da saúde que tenha como horizonte não apenas a cura ou o alívio da dor, mas o olhar que revela da vida a sua beleza humana.



Foto: Arquivo de KOINONIA

**RA I Centro**

Ilê Erinlé Axé Odé Ifeolá

**RA II Itapagipe**

Ilê Axé Airá Omim

Ilê Axé Ogum Ladê Iyá Omim

Terreiro de Oxum do Caminho de Areia

**RA III São Caetano**

Ilê Axé Obá Inan

**RA IV Liberdade**

Terreiro do Vodunzô

Terreiro Kanzo Mucambo

Terreiro de Oxalá

**RA V Brotas**

ACBANTU-Unzo Katende Dandalunda

Axé Abassá de Amaze

Centro Matamba de Onato

Ilê Axé Ewé

Ilê Axé Jualê

Ilê Axé Oluwayê Dey'I

Ilê Axé Omin Lonan

Ilê Axé Oyá Tunjá

Nzó Mdemboa - Kenã

Terreiro do Bogum

Terreiro Oxossi Caçador

Terreiro Unzó Awziidi Junçara

Tuumba Junçara

Tuumbalagi Junçara

**RA VI Barra**

Sem registro de terreiros atendidos pelo Programa EGBÉ

**RA VII Rio Vermelho**

Ilê Axé Aché Ibá Ogum

Ilê Axé Iyá Nassô Oká

Ilê Axé Obá Nirê

Ilê Axé Obá Tadê Patiti Obá

Ilê Axé Omin Deuá

Ilê Axé Oyó Bomim

Ilê Obá do Cobre

Ilê Oxumaré

Obá Tony

Tanuri Junsara

**RA VIII Pituba**

Sem registro de terreiros atendidos pelo Programa EGBÉ

**RA IX Boca do Rio**

Ilê Axé Araka Togum

**RA X Itapuã**

Axé Abassá de Ogum

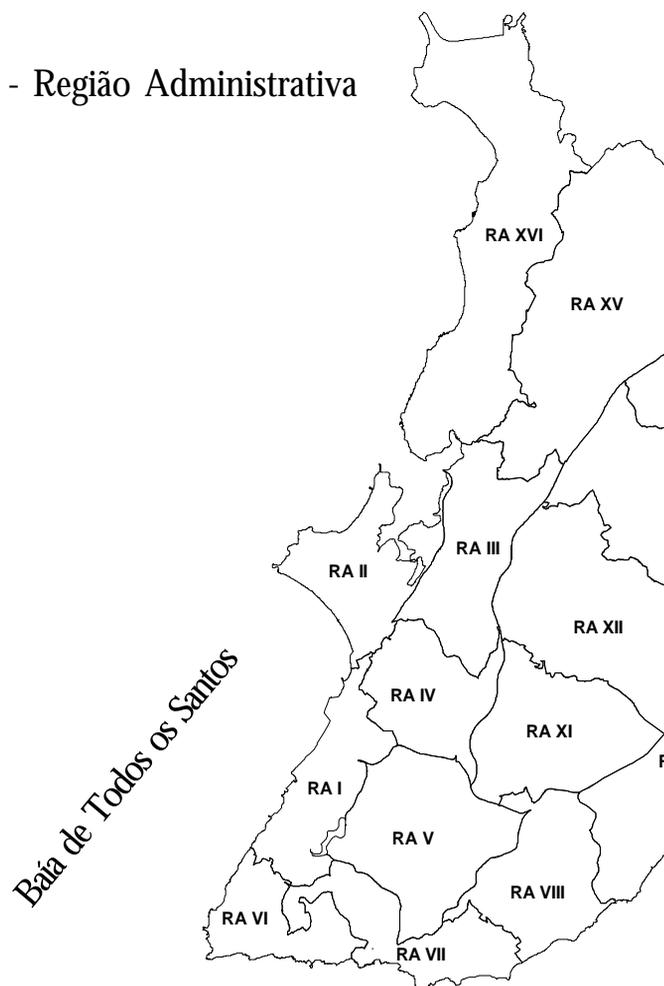
Axé Tony Sholayó

Ilê Axé Osun Inká

Ilê Axé Ominader

**Localização dos Terreiros Atendidos |**

RA - Região Administrativa



Ilê Axé Yeye Jimum

Terreiro Caboclo Itapuã

Terreiro de Oxum da Lagoa do Abaeté

**RA XI Cabula**

Ilê Axé Opô Afonjá

Ilê Axé Oyá Deji

Terreiro Sultão das Matas

Viva Deus Filho

**RA XII Tancredo Neves**

Ilê Axé Jagun Bomin

Ilê Axé Obá Fangy

Ilê Axé Omin Alaxé

Ilê Axé Omin Togun

Ilê Axé Pondamim Bominfá

Terreiro de Boiadeiro

Terreiro do Bate-Folha

Terreiro Olufonjá

Terreiro São Roque

Terreiro Sete Flechas

Terreiro Tumbenci

**Programa EGBÉ / Territórios Negros**

Orla Marítima de Salvador



Mapa de Salvador

**RA XIII Pau da Lima**

Funzó Iemim  
Ilê Omu Keta Posu Beta

**RA XIV Cajazeiras**

Ilê Axé Airá  
Ilê Axé Omim J'Obá  
Ilê Axé Omin Nita  
Ilê Axé Onijá  
Manso Dandoqüenque Dunkinisaba Filho  
Ñzo Sassa Ganzuá Mono Guiamaze  
Terreiro Manso Dandalungua Coozenza  
Terreiro Vintém de Prata  
Ilê Axé Ogum Omimkayê

**RA XV Valéria**

Ilê Axé Omim Funkó  
Ilê Axé Olo Omin

**RA XVI Subúrbios Ferroviários**

Axé Onzó de Angorô  
Gidenirê  
Grupo das Sacerdotisas e Sacerdotes do Axé

Ilâ Axé Loyia  
Ilê Asé Ogum Alakaiyê  
Ilê Axé Anandeuiy  
Ilê Axé Flor da Mirtália  
Ilê Axé Jagun  
Ilê Axé Jfokan  
Ilê Axé Jitolú  
Ilê Axé Kalé Bokum  
Ilê Axé Obá Omo  
Ilê Axé Omi Euá  
Ilê Axé Omin Loyá  
Ilê Olorum Axé Giocan  
Luandan Jucia  
Terreiro Mucundeuá

**RA XVII Ilhas**

Sem registro de terreiros atendidos pelo Programa EGBÉ

**Região Metropolitana de Salvador**

Ilê Asé Maa Asé Ni Odé  
Ilê Axé Gum Tacum Wseré  
Ilê Axé Jesidea  
Ilê Axé Oba Nã  
Ilê Axé Omim Lessy  
Ilê Axé Ondô Nirê  
Ilê Axé Opô Olú-Odé Alayedáá  
Ilê Axé Oyá  
Ilê Axé Odé Obá Lodê  
Ilê Axé Taoyá Loni  
Terreiro Angurusena Bya Nzambi  
Terreiro de Jauá  
Terreiro Filhos de Ogunjá  
Terreiro São Bento  
Tuumbaengongonsara  
Sindirátukuã Filha

**Outras Cidades**

Centro de Candomblé Santa Bárbara	Itabuna
Ilê Axé Kayó Alaketu	Cachoeira
Ilê Axé Obá Nijó Omim	Muritiba
Terreiro Afoxé dos Orixás	Rio de Contas
Terreiro de Ilhéus	Ilhéus
Terreiro Matamba Tombeçy	Ilhéus
Terreiro de Praia do Forte	Mata de São João
Terreiro de São Sebastião	São Sebastião

**Terreiros sem localização registrada no Programa EGBÉ**

Centro do Caboclo Oxossi Talami  
Ilê Odé Omim Losé  
Ilê Axé Odé Tolá  
Ilê Axé Odô Biticô  
Ilê Axé Oiá Igebe  
Terreiro Omim Oiá  
Terreiro Oxossi Mutalamô  
Unzó Katendê Ye Dandalunda  
Unzó Kwa Mpaamzo

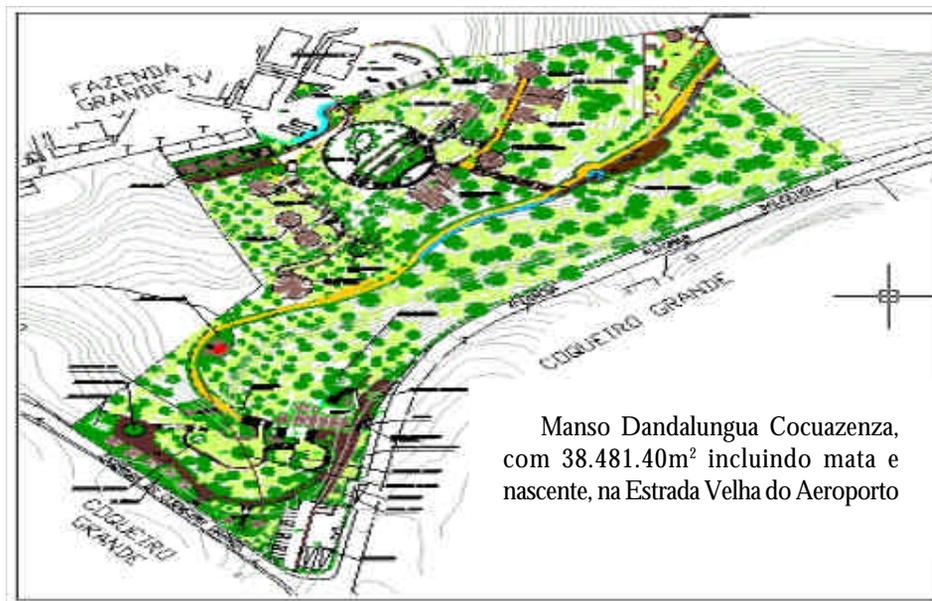
## OS TERREIROS E A CIDADE DE SALVADOR

Jussara Cristina Rêgo\*

### A UNIDADE NA DIVERSIDADE

Os terreiros de candomblé, também conhecidos como 'Ilê', 'Casa', 'Axé' ou 'Manso' são ambientes de vida comunitária do culto afro-brasileiro de grande expressão em toda Região Metropolitana de Salvador – Bahia.

Grande também é a variação de tamanho em que eles se apresentam, bem como as condições de auto-sustentação. Existem terreiros que podemos considerar grandes, como o Manso Dandalungua Cociozenza (Estrada Velha do Aeroporto), o Terreiro de Jauá (Camaçari) ou o Terreiro do Bate-Folha (Mata Escura) que ainda têm o privilégio de abrigar até uma mancha de mata preservada em suas dependências. Ao mesmo tempo, casas de dimensões reduzidas - como o Terreiro do Cobre (Eng. Velho da Federação), que teve sua área ritual reduzida a 5% da área original, com o adensamento da cidade-; o Terreiro Muncundeúá - que já chegou a funcionar em uma humilde



Manso Dandalungua Cociozenza, com 38.481.40m<sup>2</sup> incluindo mata e nascente, na Estrada Velha do Aeroporto

construção de apenas um vão no bairro de Plataforma- subsistem às pressões de uma cidade injusta, onde o poder, a renda e a condição digna de vida são privilégios de poucos.

Poucos também são os terreiros que se fazem presentes na consciência da coletividade, mesmo de Salvador, como o Terreiro do Gantóis tão cantado e encantado por Dorival Caymmi; ou o Terreiro da Casa Branca, o primeiro a ser reconhecido nacional e internacionalmente como Patrimônio Histórico Cultural.

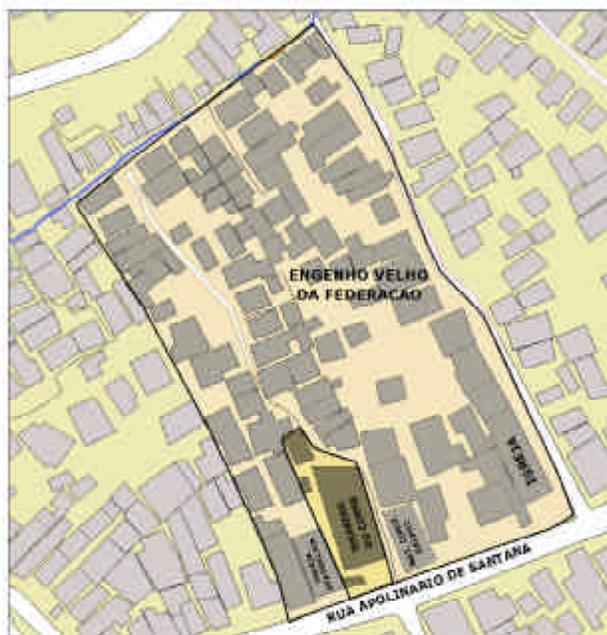
Entretanto, são estimados em milhares os terreiros de candomblé, que, independente de um maior conhecimento público, dimensões ou status dos seus freqüentadores, possuem uma forma de organização religiosa, sociopolítica e cultural característica de um grupo que tem identidade própria e se reproduz socialmente.

Esses milhares de terreiros possuem domínios territoriais demarcados, porém, apresentam-se de

forma bastante diversificada dentro de uma cidade caracterizada por marcantes processos de segregação: de um lado temos uma orla oceânica banhada por luxuosos prédios e outras construções bem vistosas; de outro, uma orla histórica, ponto de formação da cidade, que, não fosse a beleza natural que carrega, talvez fosse esquecida pelos seus não-moradores. Já a região central da cidade, que agrega todos os bairros compreendidos entre a BR 324 e a Avenida Paralela, apelidada pela própria prefeitura como "miolo", representa hoje a área mais densamente habitada da cidade e, somado à região que compreende a orla não oceânica, apresenta regiões que podemos chamar de periferia.

A periferia caracteriza-se por apresentar os menores índices de habitabilidade. Sua população é tipicamente constituída de moradores sem condição de vida digna, e as residências são diferenciadas das demais pelas pequenas dimensões e superlotação. É, portanto, detentora das maiores taxas de adensamento populacional da cidade.

Dentro desta Salvador desigual também estão distribuídos (não uniformemente) esses milhares de terreiros



Área Atual do Terreiro de Cobre (mais escura), dentro da área original.

Levantamento feito por Jussara Rego, 2003

ros, também desiguais em forma, tamanho e condição de sobrevivência. Porém, iguais na concepção, cosmologia e objetivos, e, de uma forma aproximada, na localização. Movidos por razões historicamente explicadas como, perseguição e repressão policial, busca de ambientes naturais para desenvolvimento do culto, além do baixo poder aquisitivo para compra de terrenos nos grandes centros urbanos, os terreiros de candomblé se apresentam em maior número nas áreas periféricas da cidade.

Essas áreas, apresentam se atualmente, em sua quase totalidade, habitadas por população de baixa renda, submetida a um processo de exclusão dos direitos à cidadania, como a falta de saneamento básico, atendimento público médico-hospitalar. É assinalada pela alta incidência de desemprego e baixo acesso à educação formal (ver boxe)

Mas, “o que têm os terreiros com isso tudo?”, poderia perguntar o leitor. Já irei explicar.

Que eles, os terreiros, desempenham atividades caracteristicamente religiosas, possuem um território simbólico atribuído aos Orixás, Inquises, Voduns e Caboclos, já não deve, ou ao menos não deveria ser novidade para aqueles que se interessam pelo tema. O que às vezes não é do conhecimento da comunidade em geral é que essas casas desempenham diversas atividades de cunho sócio-econômico e cultural de grande valor, nas comunidades em que se encontram. Constituem-se como verdadeiros pólos de prestação de serviços à circunvizinhança, tornando-se referências locais.

Dentro dessas comunidades os grupos de culto e as associações civis (instituições juridicamente constituídas) que os representam desempenham importante papel. Buscam a melhoria da qualidade de vida a partir da oferta de assistência social, atividades culturais

e defesa dos direitos comunitários. Esses são objetivos constantes da maioria dos seus estatutos.

Nesse sentido, vários terreiros podem ser destacados, dentro das mais diversas formas de prestação de serviços comunitários. Podemos citar:

- O Ilê Obá do Cobre, de pequenas dimensões (cerca de 400m<sup>2</sup>), localizado no Engenho Velho da Federação (ver citação acima), que desenvolve atividades voltadas à educação formal e informal, como a alfabetização de adultos e crianças e oficinas recreativas. Tais oficinas buscam, prioritariamente, oferecer atividades aos jovens e crianças como alternativa à vida nas ruas, que os levaria, conseqüentemente, à marginalização.
- O Ilê Axé Omin Funkó, possuindo uma área aproximada de 1500m<sup>2</sup> no Subúrbio Ferroviário, numa região de extrema precariedade das condições sanitárias. Desempenha atividades similares às já citadas, dando atenção especial à saúde comunitária, com participação efetiva no tratamento de epidemias. Busca apoio junto aos órgãos do governo estadual e municipal, bem como de instituições particulares, e está sempre oferecendo o conforto possível aos necessitados.
- O Terreiro do Vodunzô, que possui uma área de aproximadamente 2500m<sup>2</sup>, no bairro do Curuzu-Liberdade, uma das mais adensadas regiões da cidade. Preocupa-se prioritariamente com as crianças, oferecendo-lhes oficinas de capoeira e promovendo encontros para estimular a participação e o envolvimento.



Instalação Antiga do Terreiro Mucundeuá.

Muitos outros, além desse tipo de promoção, buscam angariar alimentos para fornecer cestas básicas às famílias menos favorecidas.

O envolvimento dos líderes de terreiros de candomblé com a comunidade onde se encontra é expressivo na cidade do Salvador, no que diz respeito à prestação de serviços na área sócio-cultural. Lembremos que as referidas casas, geralmente, localizam-se em regiões de baixa renda, onde a comunidade não tem fácil acesso à educação formal, atividades culturais, assistência médico-odontológica, e nem mesmo a uma alimentação básica digna.

Dessa forma, as práticas desenvolvidas pelos terreiros de candomblé constituem-se em importantes instrumentos promotores de educação, inserção no mercado de trabalho e, ainda que de forma tímida, prevenção e atenuação de doenças, bem como de luta para a superação da baixa auto-estima de uma população colocada à margem da sociedade.

#### **Alguns dados sobre a Região Metropolitana de Salvador:**

População: 2,79 milhões  
 81,1% negros e negro-mestiços - Nas periferias este percentual aproxima-se de 100%.  
 Desemprego: 1,4 milhão economicamente ativos  
 30% de desempregados - Entre estes, 40% são negro e negro-mestiços).  
 (Fonte: DIEESE/SEADE/SETRAS/UFBA; 1998).

\* Jussara Rêgo é mestra em geografia e presta serviço voluntário ao Programa EGBÉ

## Ilê Axé Taoyá Loni

Leda Maria Anjos Souza\*

O Ilê Axé Taoyá Loni é um exemplo de Terreiro de Candomblé que sofreu com problemas fundiários, chegando até a ter suas atividades paralisadas. Entretanto, a persistência dos integrantes e a força dos Orixás mudaram o rumo de sua história.

Em 15 de abril de 1945 Mocinha de Oyá, primeira filha de santo do Sr. Claudionor da Rocha Pita (Nonô) foi iniciada no Ilê de Ogum Orlandina Reis, no Alto do Saldanha - Brotas, contando com a participação do Sr. Eduardo Ijexá.



Foto: Arquivo do Ilê Axé Taoyá Loni

Mocinha assumiu o cargo após a morte do seu pai de santo, mas sua atividade foi impossibilitada: o Sr. Deraldo, filho carnal do Sr. Nonô, resolveu fechar o terreiro já que a roça estava na propriedade da família. Essa atitude causou um grande sofrimento para Mocinha, tendo até prejuízos para sua saúde. No entanto, ela continuou sua jornada e em 10 de maio de 1970 levou santo para Rua Ferreira Santos, 164, Federação, em casa arrendada, onde passou a ser cultuado.

Porém em 26/08/1989 viera a falecer e quem sucedeu foi sua filha carnal Maria Célia Reis - Mãe Branca -, filha de Omolú, iniciada pela Ialorixá Olga Ferreira (do orixá Oyá), no ponto da Mangueira, Vasco da Gama. Em 08 de maio de 1991 a iaô Leda de Oyá colocou seu primeiro barco, marcando o início da sua direção da casa.

Em 26/03/1999 foi comprado um terreno no loteamento Malícia em Vilas de Abrantes, distrito de Camaçari, para ser construído o novo terreiro. O espaço territorial da Casa em Salvador já estava inviável; além disso, era também casa de moradia de família, e não um local exclusivo para culto aos nossos orixás.

Da data da compra até o término da obra foram muitas as dificuldades internas e externas. Uma das principais foi a falta de recursos financeiros; passamos por momentos de muito aperto e se não fosse a fé inabalável teríamos desistido no meio do caminho. Outra dificuldade foi a transferência desses orixás para longe da residência oficial da Iyá, que resistiu muito no início, mas finalmente concordou.

Tivemos que vencer cada barreira que nos impedia de caminhar para um local mais adequado, onde nossos orixás estariam mais à vontade e que era a principal razão de tudo isso.

A Associação foi fundada em 27 de abril de 2000 como Sociedade Beneficente, Cultural e Religiosa Ilê Axé Oyá Gbalé L'oni, tendo como cargo privilegiado a Suprema Dirigente na pessoa da Ialorixá Maria Célia (Mãe Branca), e como presidente a Ebomi Leda. Finalmente a festa de inauguração em Vilas de Abrantes foi 17/07/2004 com a louvação para o orixá Oyá, que é a dona do terreiro. Em seguida, no dia 1º de agosto de 2004 os atabaques saudaram o orixá Omolú, que é o orixá da atual Ialorixá.

Em 18/10/2004 conquistamos o reconhecimento da Imunidade Tributária do IPTU, que foi fruto de muito trabalho e perseverança em parceria com Koinonia, fato de muito orgulho para nós já que fica sacramentado o nosso direito enquanto religião civilmente organizada. A partir daí continuamos trilhando nosso caminho com a permissão dos nossos orixás, ciente que a luta continua e que cada dia é uma vitória, sem esquecer que a humildade, dignidade e fé estão acima de tudo!

O nosso conselho para os terreiros que ainda não se organizaram:

“Vem, vamos embora que esperar não é saber, quem sabe faz a hora não espera acontecer!”

Nosso especial agradecimento aos amigos Neide, Auxiliadora, Osmar e Abierge, como também a todo grupo de Koinonia, pois se não fosse sua orientação, carinho e ajuda não teríamos nos organizado como pessoa jurídica civilmente reconhecida.

“Nenhum de nós é tão bom quanto todos nós juntos”



Foto: Arquivo do Ilê Axé Taoyá Loni

\* Leda Souza é Ebomi do Terreiro e presidente da Associação Beneficente, Cultural e Religiosa Ilê Axé Oyá Gbalé L'oni.

## RELATÓRIO DA REUNIÃO DO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2004

O Almoço de Trabalho e Fraternidade realizado no dia 27 de novembro de 2004 contou com a presença de 70 pessoas, representando 35 terreiros. O encontro foi iniciado com uma bela homenagem feita pela Casa Branca pela passagem dos dez anos de Koinonia: foram muitas orações, cânticos e palavras de carinho que nos rederam muitas emoções. Fica aqui o nosso muito obrigado a todos!

Mais uma vez teve destaque a discussão em torno da imunidade dos terreiros ao Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU. Com uma nova vitória – o reconhecimento da imunidade ao IPTU do Ilê Axé Taoyá Loni - mais uma frente é aberta. Estamos nos fortalecendo nesta causa e voltamos a lembrar que o reconhecimento da imunidade aos Terreiros de Candomblé não é um favor das prefeituras!

Voltamos a lembrar que está nas ruas o abaixo-assinado em prol da ação do Axé Abassá de Ogum, contra a Igreja Universal do Reino de Deus/IURD. Essa ação é movida contra a IURD, por agressões praticadas contra a então Iyalorixá da Casa, Mãe Gilda, que faleceu, vítima da piora de saúde provocada pelas agressões, conforme relatam seus familiares. E mais, recolhemos as assinaturas dos presentes neste encontro para garantir maior representatividade dos terreiros e conseguir fazer um volume maior de assinaturas, e assim solicitarmos o adiamento do julgamento da 2ª Instância.

A discussão temática foi iniciada com o esclarecimento para os novos: normalmente conversamos sobre alguns temas polêmicos que possam contribuir com a quebra dos

**“O primeiro posicionamento do Programa... é a defesa do direito. Não só do direito do ponto de vista jurídico, legal, mas o direito mais simples de toda pessoa humana - o direito à liberdade de culto.**

**Por isso, dois são os adjetivos das reflexões nessas reuniões: a afirmação dos direitos e a construção da paz.”**

preconceitos e afirmar positivamente posições do candomblé.

O tema em discussão atualmente é “Oferenda ou Sacrifício?”, iniciado no encontro anterior. As afirmações feitas pelos presentes naquela reunião foram organizadas sob a forma de texto. Este foi submetido aos presentes para críticas, correções e acréscimos, para que assim, as idéias de suas Casas estejam bem representadas.

Lembramos que o primeiro posicionamento do Programa Egbé – Territórios Negros é a defesa do direito. Não só do direito do ponto de vista jurídico, legal, mas o direito mais simples de toda pessoa humana - o direito à liberdade de culto.

As reflexões aqui realizadas são fundamentais, pois a discussão sobre a intolerância e diálogo entre

as religiões tem que ocorrer na realidade concreta onde os conflitos acontecem; nas situações da cidade onde estão os terreiros de candomblé, onde estão as religiões afro-brasileiras em confronto, infelizmente, com fundamentalistas das religiões cristãs. São necessários testemunhos de consensos na comunidade dos irmãos de candomblé sobre alguns temas, que divulgados ajudam à construção da paz.

Por isso, dois são os adjetivos das reflexões nessas reuniões: a afirmação dos direitos e a construção da paz.

Lembramos que o texto permanecerá arquivado até que seja autorizada a sua publicação pelo público que participou de sua construção - os participantes de nossos encontros.

Data: 27 de novembro de 2004

Local: Grande Hotel da Barra

Oração Inicial: Mãe Nitinha

Homenagem feita pela Casa Branca aos 10 anos de KOINONIA

Apresentações

Relato de Atividades

Discussão Temática

Tribuna Livre

Oração Final: Táta Antônio Sérgio do Tanuri Junçara

PRÓXIMA REUNIÃO:

16/04/2005

## Informes

- Como foi comunicado no encontro passado, publicamos abaixo a lista dos candidatos a vereador que defendiam interesses do povo do Candomblé em suas plataformas. Acreditem: nenhum deles foi eleito!

CANDIDATOS	VOTOS	PARTIDO
Raimundo Bujão	1.295	PT
Ailton Ferreira	1.250	PDT
Nandinho do Congo	298	PRP
Mãe Obá	255	PP
Estelita D'Oyá	197	PP
Mãe Valdeci	166	PRONA
Mozart	156	PTC

- A Secretaria Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP tem uma linha de financiamento de projetos destinada a atender exclusivamente famílias que vivem na Bahia em estado de pobreza, indigência e desigualdade social. Os projetos, juntamente com a documentação exigida, deverão ser entregues no **Setor de Protocolo da SECOMP**, situada na 3ª Avenida, Plataforma IV, nº 390, Centro Administrativo da Bahia, CEP 41.745-016 - Salvador/BA.

Para os interessados, o manual está disponível no escritório do Programa Egbé.

## Lista dos terreiros presentes no último encontro

Centro Caboclo Oxossi Talami

Ilê Axé Araká Togun

Ilê Axé Ayrá

Ilê Axé Ewé

Ilê Axé Ibá Ogum

Ilê Axé Jagun Bomin

Ilê Axé Jfokan

Ilê Axé Jualê Oumiladê

Ilê Axé Kayó Alaketu

Ilê Axé Obá Ninjó Omin

Ilê Axé Obá Nirê

Ilê Axé Obá Tony

Ilê Axé Omim J'Obá

Ilê Axé Omin Lônã

Ilê Axé Oyá Tunjá

Ilê Axé Oyó Bomin

Ilê Omo Keta Posu Beta

Ilê Axé Pondamin Bominfá

Terreiro Caboclo Itapoã

Terreiro da Casa Branca

Terreiro de Oxalá

Terreiro de Oxossi Mutalambô

Terreiro de Oxum (Caminho de Areia)

Terreiro do Caboclo Catimborá

Terreiro Ilê Axé Jitolu

Terreiro Ilê Axé Oninjá

Terreiro Manso Dandalungua

Terreiro Mucundeúá

Terreiro Onzó de Angorô

Terreiro São Roque

Terreiro Tanuri Junsara

Terreiro Tuumba Junçara

Terreiro Tuumbaengongosara

Terreiro Vodun Zoo

Unzó Tateto Lembá

### Instituição parceira em atividades neste período:



Este informativo é produzido pelo Programa EGBÉ - Territórios Negros de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço. Dirigido às comunidades negras urbanas de candomblé e a redes de solidariedade civil e ecumênica

Editoria: Jussara Rêgo e Rafael Soares de Oliveira  
Secretário Executivo de Koinonia: Rafael Soares de Oliveira

Redação de Atividades: Lucimar Novaes, Elga Lessa e Jussara Rêgo

Redação de Oficinas, Seminários e Parcerias: Ester Almeida

Revisão: Helena Costa e Manuela Vianna

Editoração Eletrônica e Impressão: Fast Design



KOINONIA  
Presença Ecumênica e Serviço  
Rua Santo Amaro, 129 Glória  
22211-230 Rio de Janeiro RJ  
Telefone (21) 2224-6713  
Fax (21) 2221-3016  
falaegbe@koinonia.org.br  
www.koinonia.org.br



PROGRAMA EGBÉ - TN  
Ladeira dos Barris, 145 Barris  
40070-050 Salvador BA  
Tel.: (71)328-0605  
projetoegbesalvador@koinonia.org.br